

**OS RISCOS À SAÚDE NO
AGROHIDRONEGÓCIO
CANAVIEIRO DA 10ª REGIÃO
ADMINISTRATIVA DE
PRESIDENTE PRUDENTE,
SÃO PAULO**

*HEALTH-WORK-DISEASE PROCESS
AND PRODUCTIVE RESTRUCTURING
IN THE CANAVIO
AGROHYDRONEGÓCIO OF THE 10TH
ADMINISTRATIVE REGION OF
PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO
PAULO*

*PROCESO DE SALUD-TRABAJO-
ENFERMEDAD Y
REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA
EN EL CANAVIO
AGROHYDRONEGÓCIO DE LA X
REGIÓN ADMINISTRATIVA DEL
PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO
PAULO*

Gabriel Vitor Nascimento Ferreira
Mestrando em Geografia
Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Pres. Prudente/SP
E-mail: viti.gabi@hotmail.com

Diógenes Rabello
Doutorando em Geografia
Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Pres. Prudente/SP
E-mail: diogenesrabello@yahoo.com

Resumo:

Tratar do adoecimento dos trabalhadores que atuam agrohidronegócio canavieiro da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente é nosso principal objetivo e também implica uma opção metodológica, política e ideológica de compreender a saúde em sua perspectiva social dos agravos, de maneira fluída e dinâmica, direta e indiretamente ligada às mazelas e contradições inerentes ao processo destrutivo de reprodução do capitalismo. Buscaremos apresentar, sempre dialogando com a pesquisa empírica realizada através de trabalhos de campo com roteiro semiestruturados nos municípios do recorte (trabalhadores adoecidos, sindicalistas e profissionais da área da saúde); uma discussão sobre o processo de adoecimento dos trabalhadores devido às inadequadas condições de trabalho, modalidades e contratos precarizados, irregularidades trabalhistas e contato com agrotóxicos. Em contexto de transição tecnológica, isto nos desafia a trazer para o debate público as contradições do agrohidronegócio canavieiro que na prática se manifesta em doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, intoxicações por agrotóxico e incomodações ocupacionais na vida dos trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho, Adoecimento, Processo Saúde-Trabalho-Doença, Agrohidronegócio canavieiro, Degradação Sistêmica do Trabalho

Abstract:

The objective of this article is to address the illness of workers who work in the sugarcane agrohydrobusiness in the 10th Administrative Region of Presidente Prudente. We understand health in its social perspective of diseases, in a fluid and dynamic way, directly and indirectly linked to the ills and contradictions inherent to the destructive process of reproduction of capitalism. From this option, we will seek to present a debate throughout this work, always dialoguing with the empirical research carried out through fieldwork with semi-structured script in the municipalities of the clipping, about the health-work-disease process that affects the working class of our clipping in the scope of the technological transition of the sugarcane agrohydrobusiness, which manifests itself through occupational diseases, work accidents, pesticide poisoning and occupational disturbances.

Keywords: Work, Illness, Health-Work-Illness Process, Sugarcane Agrohydrobusiness, Systemic Degradation of Work

Resumen:

Abordar la enfermedad de los trabajadores que actúan en la agroindustria cañera de la 10ª Región de Presidente Prudente es nuestro principal objetivo y también implica una opción metodológica, política e ideológica para entender la salud en su perspectiva social de las enfermedades, de forma fluida y dinámica. , directa e indirectamente, ligada a los males y contradicciones inherentes al proceso destructivo de reproducción del capitalismo. A partir de esta opción, buscaremos presentar un debate a lo largo de este trabajo, siempre dialogando con la investigación empírica realizada mediante trabajo de campo con guión semiestructurado en los municipios del recorte, sobre el proceso salud-trabajo-enfermedad que afecta a la clase trabajadora. de nuestro recorte en el ámbito de la transición tecnológica de la agroindustria cañera, que se manifiesta a través de enfermedades profesionales, accidentes de trabajo, intoxicaciones por plaguicidas y disturbios laborales.

Palabras-clave: Trabajo, Enfermedad, Proceso Salud-Trabajo-Enfermedad, Agroindustria de la Caña de Azúcar, Degradación Sistémica del Trabajo

Introdução

Envolto em ambiente de reestruturação produtiva e redefinição global das condições e das relações econômicas, políticas e gerenciais, se evidencia uma ofensiva que apresenta desdobramentos perversos na saúde e organização dos trabalhadores. No caso específico de nosso recorte territorial da pesquisa, (Pontal do Paranapanema, extremo Oeste do estado de São Paulo), o avanço do capital agroindustrial canavieiro tem gerado um reordenamento territorial e amplificado as contradições em uma região marcada historicamente por conflitos fundiários. Sobre isso, Barreto (2012) nos diz que o Pontal do Paranapanema é marcado por históricos conflitos e disputas em torno da propriedade da terra, sendo que os primeiros embates aconteceram entre povos nativos (indígenas) e não indígenas (posseiros), os quais resultaram em massacres dos povos nativos da região, durante o século XIX e início do século XX.

Barreto (2012) acrescenta que, mais tarde, no final da década de 1980 e início da década de 1990 a região do Pontal do Paranapanema voltou a ter suas terras agricultáveis no cerne de disputas/conflitos, num período no qual as contestações se deram entre grandes latifundiários e os movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E é neste território historicamente marcado por conflitos pela terra e água (sobretudo as águas subterrâneas, estando o Pontal do Paranapanema em cima do segundo maior reservatório de águas subterrâneas do mundo, o Aquífero Guarani), que o capital agroindustrial canavieiro, em ambiente de reestruturação produtiva, avança, impondo sua lógica e dinâmica destrutivas.

Esse expansionismo do agrohidronegócio canavieiro tem como expoente e estratégia para a otimização da produção e dos lucros, a mecanização das operações agrícolas, especialmente o corte e o plantio. Para o trabalhador esta transição tecnológica não passa despercebida. Ao contrário, ele é o mais afetado por ela, pois sua forma de ser e se inserir no trabalho, vínculo empregatício, forma de pagamento, rotina e exploração do trabalho, e os rebatimentos na saúde e formas de organização/representação, mais do que nunca são colocados à prova.

É fundamental salientar que é exatamente por conta da desatenção e distanciamento dos sindicatos, que têm se fragilizado ainda mais as condições de saúde dos trabalhadores, considerando que as entidades legais representativas da classe trabalhadora estão com dificuldades de organizar e mobilizar os trabalhadores, e como consequência, incapazes de dar respostas à altura da ofensiva do capital. Desta forma, é imperativo entendermos como a saúde dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro tem sido afetada pelos arranjos organizativos e produtivos do ambiente de reestruturação produtiva, que encontram como expoente na região do Pontal do Paranapanema, e de maneira mais abrangente, a 10^a Região Administrativa de Presidente Prudente, a transição tecnológica.

Como parte desta trama e ofensiva do capital agroindustrial das *commodities*, no caso cana-de-açúcar, é possível constatar a utilização de quantidade absurda de agrotóxicos ou também chamados pelos defensores e representantes na bancada ruralista da Câmara Nacional dos Deputados e Senado, de “defensivos fitossanitários”, estes que fazem parte do pacote tecnológico da transição tecnológica. Essa é uma das dimensões mais gritantes que

nos alertam que o avanço de novos arranjos organizativos e produtivos nas agroindústrias canavieiras, estando acompanhada por um aumento mais do que significativo da quantidade de venenos utilizados nas lavouras de cana e de outras commodities.

Tal quadro tende a se agravar com leis permissivas elaboradas a partir do *lobby* das agroindústrias do setor junto à Câmara dos Deputados ao Senado Federal, e dos interesses do setor de produção de commodities que estão personificados na figura da bancada ruralista. Quando algum problema ocorre ou os casos de contaminação de trabalhadores rurais e populações locais se tornam mais frequentes, geralmente a desculpa por parte do governo federal na figura do Ministério da agricultura e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é a de que simplesmente houve utilização inadequada dos “defensivos fitossanitários”. Isto demonstra que o Estado e os órgãos fiscalizadores que deveriam fazer o papel de investigar e impor regras para o uso dos agrotóxicos, lavam suas mãos e se fazem de desentendidos quando os números indicam que há problemas referentes ao uso do pacote de quimificação em solo brasileiro. E isso sem contar os tipos de agrotóxicos que são usados em território nacional, mas proibidos em muitos países pelo mundo afora, como os países da União Europeia. Esses países, além de não utilizarem a quantidade de venenos que utilizamos, também possuem uma legislação proibitiva que impede que certos tipos de agrotóxicos possam ser usados pelos produtores rurais em território europeu. Tendo isso em mente, constata-se que o pacote de quimificação faz parte do pacote tecnológico e químico que vem sendo aplicado desde os anos de 1960, mas que se

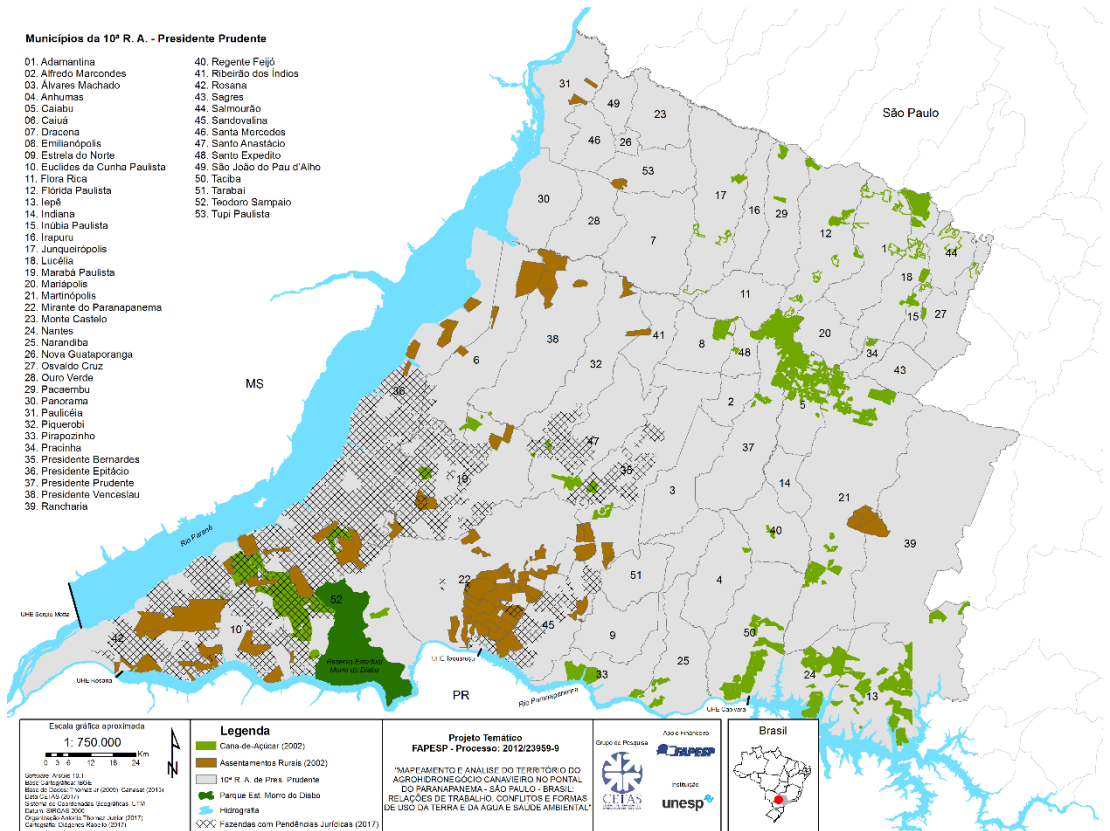
intensificou nos anos de 1990 com as políticas de desmonte do Estado e flexibilização de leis.

Isso significa que falar sobre o expoente da reestruturação produtiva, entendido como transição tecnológica na região de nosso recorte territorial, é entender que nesta segunda década do século XXI vem se aprofundando e aumentando o uso de venenos nas agroindústrias. Logo, não se trata apenas da adoção de novos arranjos organizacionais e produtivos, e mais especificamente a transição do corte manual para o mecanizado na colheita da cana, que está ocorrendo na região de nosso estudo, mas um aumento na quantidade e na frequência que os venenos estão sendo utilizados.

Façamos algumas comparações que nos ajudem a ilustrar a dimensão do processo em andamento no Pontal do Paranapanema e 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Nos referimos à relação existente entre aumento da área plantada de cana-de-açúcar na região, como indica os mapas 1 e 2, e a intensificação do uso do pacote de quimificação.

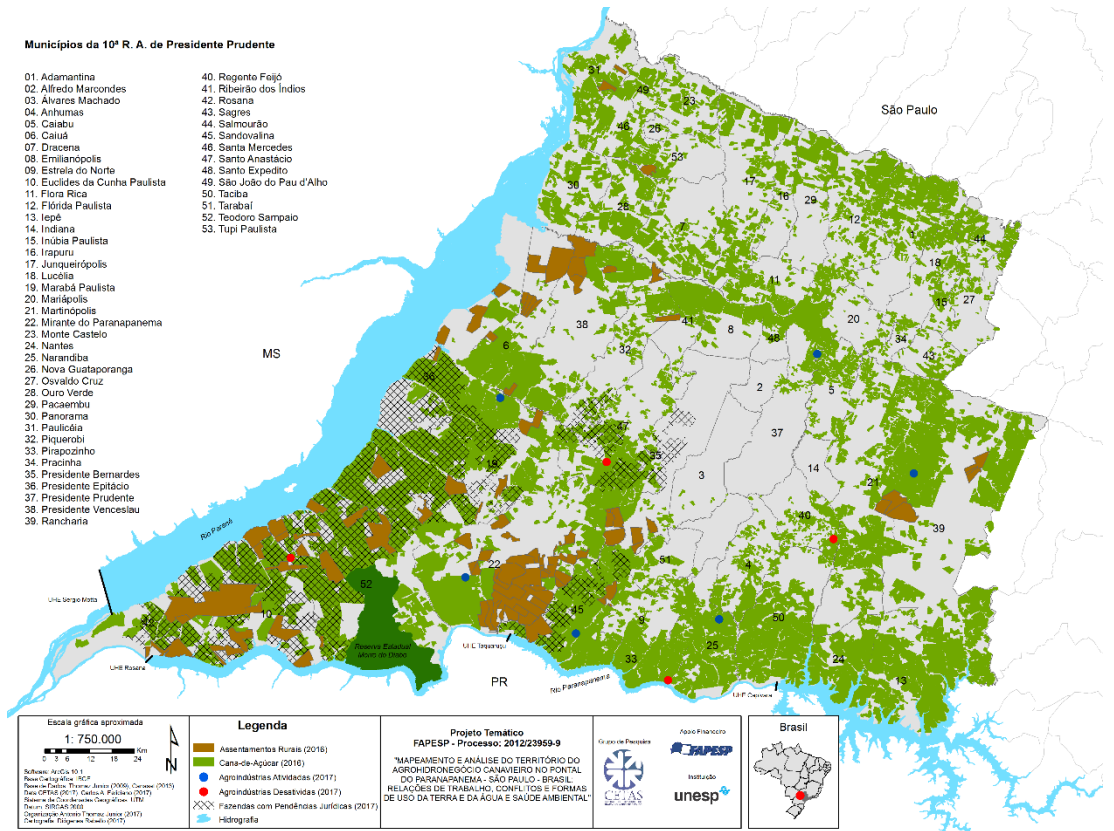
OS RISCOS À SAÚDE NO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVEIRO DA 10ª REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO

Mapa 1 - Expansão da área ocupada com cana-de-açúcar em 2002 na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.



Fonte: DataCETAS (2022).

Mapa 2 - Expansão da área ocupada com cana-de-açúcar em 2016 na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.

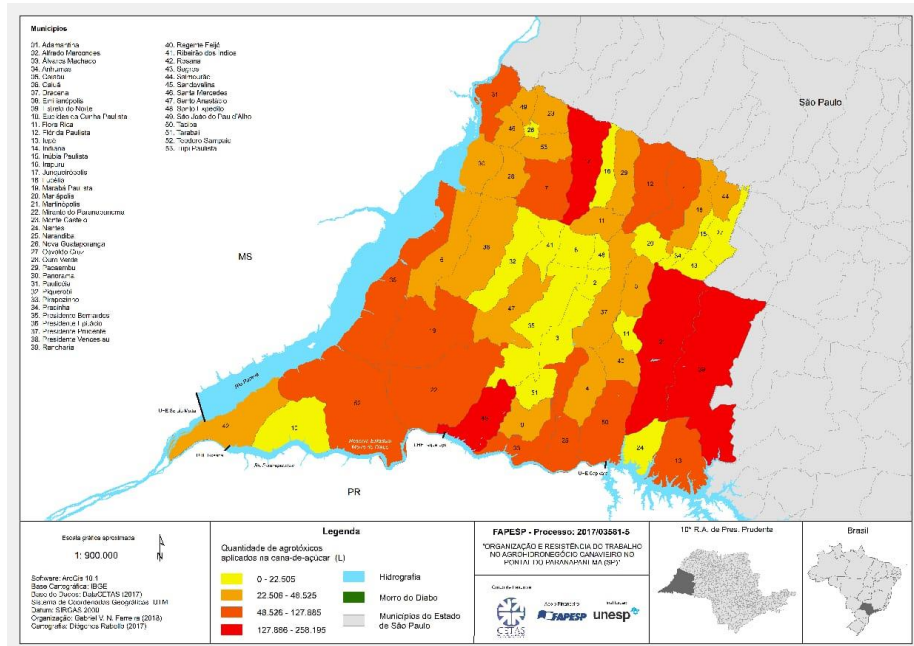


Fonte: DataCETAS (2022).

Quando analisados juntamente com o mapa 3, que consta na página seguinte, permite estabelecer um nexu entre aposta no pacote quimificação e agrotóxicos utilizados na cultura da cana-de-açúcar e o aumento da área plantada desta cultura no Pontal do Paranapanema e na 10ª Região administrativa de Presidente Prudente. Ao longo da série histórica de 1997, 2005, 2010 e 2015, houve continuidade do monocultivo da cana-de-açúcar, e inclusive aumento da área

plantada de cana-açúcar. Com isso é possível dizer que, na ânsia pela reprodução continuada e ampliada, o capital agroindustrial canavieiro não apenas intensificou a utilização de agrotóxicos, incorporou maquinários e aplicou novos arranjos organizativos e produtivos da reestruturação produtiva, como também procurou aumentar a área plantada de cana-de-açúcar e manter os territórios onde já havia a cultura da cana-de-açúcar. O mapa 3, desta forma, ao demonstrar de maneira espacial a quantidade de agrotóxicos aplicados na cana-de-açúcar na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente em litros, reafirma que o aumento da área plantada de cana-de-açúcar na região é acompanhado por um reforço na aposta por parte do empresariado paulista no pacote químico-biológico, expresso sobretudo na quantidade de agrotóxicos utilizados.

Mapa 3 – Quantidade aproximada de agrotóxicos aplicados na cana-de-açúcar na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.

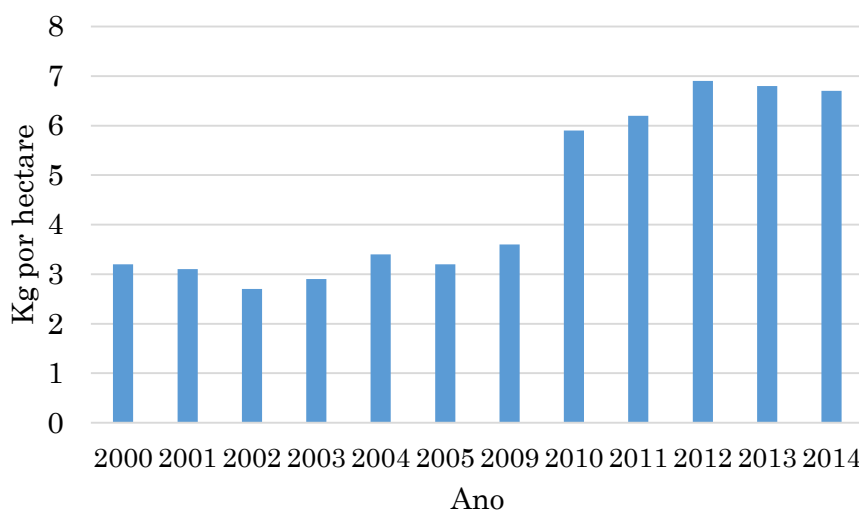


Fonte: DataCETAS (2018)

O mapa 3 se refere a quantidade de agrotóxicos aplicados na cana-de-açúcar, espacializa no mapa a aposta no modelo químico-biológico nas lavouras, que coincide com a reafirmação no modelo de grande propriedade de produção dos produtos primários e *commodities*, e que segue uma tendência que é nacional, onde se percebe um aumento gradual e contínuo da utilização de venenos e agrotóxicos nas lavouras pelo Brasil afora. É basicamente isso que indica o gráfico 1, que expressa

o aumento contínuo da quantidade de agrotóxicos utilizados na cana-de-açúcar ao longo dos últimos anos.

Gráfico 1 - Consumo anual de agrotóxicos e afins por área plantada (2000 – 2014)



Fonte : IBGE (2014). Org. : Autores (2022).

O Gráfico 1, elaborado a partir de informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra que a intensificação da utilização do pacote químico-biológico no Brasil, está amparada nos acordos espúrios feitos entre frações da burguesia com a classe política, com o objetivo de aumentar a produtividade, sem se preocupar com a saúde dos trabalhadores e das populações locais. Dentro da série histórica observamos que houve aumento de mais de 100% da quantidade de quilogramas de agrotóxicos para cada hectare de área plantada de monocultura, passando de 3,2 em 2000 para 6,7 em 2014.

Se não bastasse os problemas referentes à intoxicações e envenenamentos, resultado de uma opção inconsequente por parte do empresariado e grandes produtores de produtos primários como a cana-de-açúcar de apostar no pacote de quimificação, tem-se outros fatores que se somam a estes na feroz ofensiva do capital sobre o trabalho, na precarização, degradação das condições de trabalho, aumento da jornada de trabalho e superexploração do trabalho. A tecnificação do setor sucroalcooleiro expressa na transição tecnológica que se vislumbra nos últimos anos na realidade territorial do Pontal do Paranapanema permitiu ao capital reestruturar os arranjos organizativos e produtivos nas agroindústrias canavieiras, fazendo com que características históricas do trabalho no Brasil que remontam ao período colonial como o aumento da jornada de trabalho, intensificação do ritmo do trabalho e superexploração do trabalho, fossem (re)atualizadas e amplamente utilizadas no agrohidronegócio canavieiro.

Tendo o agronegócio como uma das bases de sustentação do atual governo brasileiro, é de que se esperar um cenário devastador para o meio ambiente. E assim tem sido feito com a flexibilização da legislação que tem permitido a expansão da fronteira agrícola na Amazônia e no MATOPIBA, a inércia em relação aos crimes ambientais de desmatamento e queimadas, tanto na Amazônia quanto no Pantanal, as manchas de óleo que chegaram pelo litoral nordestino sem ações de combate ao prejuízo para a qualidade ambiental e trabalho das comunidades de pescadores(as), a falta de amparo para as famílias atingidas pelos crimes de rompimento de barragens e falta de cobrança sobre as empresas responsáveis e outras ações, ou falta delas. Isso está, para nós, bastante expresso

quando o atual Ministro do Meio Ambiente diz que este momento da pandemia da Covid-19 é propício para “ir passando a boiada e simplificando normas”¹, querendo dizer que é momento de aproveitar o cenário catastrófico da saúde, onde o mundo todo se concentra nisso, para aprovar legislações de flexibilização na fiscalização ambiental.

Como era de se esperar isto vem apresentando resultados terríveis sobre as condições de trabalho no setor, o que por consequência proporciona agravos à saúde dos trabalhadores, que embora os gerentes do capital quisessem, não são máquinas, são seres humanos, logo passíveis de adoecimento e de se envolver em acidentes de trabalho, que de acidentes tem nada, considerando que todo acidente é evitável, logo é um risco presumido. Para compreender isto é preciso recorrer à bibliografia sobre o assunto, para que se consiga orientar em meio a toda a complexidade da saúde do trabalhador, que é um campo vasto de estudo inclusive, partilhado por várias áreas do conhecimento, que vão desde a saúde até as ciências sociais e políticas. Também recorreremos à um minucioso trabalho de entrevistas realizadas com trinta trabalhadores adoecidos, três sindicalistas e quatro profissionais da área da saúde a partir de roteiros semiestruturados nos municípios de Presidente Prudente (distritos do município), Caiabu, Junqueirópolis, Martinópolis, Narandiba, Mirante do Paranapanema, Álvares Machado e Pirapozinho, buscando compreender a realidade social de adoecimento destes sujeitos que compõem à classe trabalhadora

¹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-sugere-passar-boiada-enquanto-o-foco-e-coronavirus>. Acesso em: 02 mai. 2021.

ampliada. Para fins de análise das entrevistas e apresnetação de resultados, adiante mostraremos trechos destas entrevistas, buscando o diálogo com a discussão teórica, política e conceitual que nos propomos fazer sobre a relação entre saúde, adoecimento e trabalho.

O processo saúde-doença e sua relação com o trabalho

O conceito de processo saúde-doença permite entender as determinantes e condicionantes das formas individuais e coletivas de adoecer e morrer. Grande parte dessas determinações e condições decorre direta ou indiretamente da desigualdade socio-econômica e de direitos. Desenham-se, então os caminhos que vão de uma saúde ideal à configuração dos quadros clínicos das diferentes patologias (doenças) (SELIGMANN-SILVA, 2011)

É preciso dizer que em cada momento da historia, as forças políticas e sociais envolvidas nesses processos podem favorecer ou fragilizar a saúde dos seres humanos de “acordo com as situações que este vivenciam em contextos macrossociais e situações específicas de vida e trabalho. A fragilização corresponde aqui a ideia de vulnerabilização.” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 34). Sem essa visão se tem uma perspectiva incompleta, tanto do processo saúde-doença de modo geral quanto daqueles que atingem a saúde mental dos trabalhadores.

Seligmann-Silva (2011) nos indica que duas outras noções se tornam valiosas para a compreensão das determinações sociais dos processos saúde-doença relacionados ao trabalho: a noção de sofrimento social e a de divisão internacional do trabalho. O sofrimento social gerado em macrocontextos está geralmente

associado a “formas poderosas de dominação que se estendem através de outras instâncias até atingir famílias, locais de trabalho e indivíduos. Dessa forma, dominação e sofrimento conjuntamente, alcançam também a esfera psíquica de cada um (SILVA, 2012 p.34 apud RENAULT, 2008)

Conclui-se a partir do que é dito por Seligmann-Silva (2011), que os contextos de trabalho podem atuar como fonte de saúde ou de adoecimento tanto com respeito à saúde geral quanto à saúde mental. “Para entender o que ocorre em locais específicos de trabalho (microcontextos), é preciso não perder de vista o macrocontexto onde se tece a divisão internacional do trabalho, mediada por forças políticas e econômicas” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p.34)

Neste o trabalho, entendido como uma instância social, mais atualmente passou a ser examinado com maior atenção no que se refere ao processo saúde-doença. O trabalho, conforme a situação, tanto poderá fortalecer a saúde mental e geral do trabalhador, quanto vulnerabilizá-la e mesmo gerar distúrbios que se expressarão coletivamente e no plano individual.

Desta forma, a Seligmann-Silva (2011) nos propõe compreender saúde, a partir da perspectiva de Carguilhem (1990), “como um estado ideal em que as forças vitais predominem na harmonização da variabilidade biopsicossocial, próprio dos processos psico-orgânicos humanos, imersos no percurso existencial e na vida social” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 36). E quanto ao adoecimento, a autora nos propõe compreender este conceito como um “processo que se desenvolve em um contínuo que é concebido como um eixo temporal ao longo do qual se estabelecem os confrontos entre forças vitais e forças desestabilizadoras. Trata-se do processo de interação

continuada, que é o processo saúde-doença”. (SELIGMANN-SILVA, 2011, p.36). Com relação à saúde mental, se deve compreender a mesma como “uma dimensão indissociável desse processo, necessariamente visto em seu todo. Não existe adoecimento mental que se constitua isoladamente do corpo e das inter-relações humanas” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 36)

Se conciliarmos tal abordagem com a psicodinâmica do trabalho, que propõe uma análise dinâmica dos processos psíquicos mobilizados pelo confronto do sujeito com a realidade do trabalho, podemos analisar o papel da organização do trabalho na determinação do sofrimento psíquico e também adoecimento do corpo dos trabalhadores (DEJOURS; ADBOUDCHELI, 1990, apud SELIGMANN-SILVA, 2011).

Em outras palavras, a organização do trabalho ocasiona insatisfação, quer pelo esvaziamento de sentido, quer pela violação de uma “economia psicossomática” que seria singular para cada trabalhador (SELIGMANN-SILVA, 2011). Isto é, a organização do trabalho, “associada ou não às condições do ambiente físico, químico e biológico do trabalho, muitas vezes desrespeita as necessidades do corpo, em sua integração e em sua integração psicossomática. Essas seriam, segundo Dejours, as diferentes vias que levam ao sofrimento mental e também, pela via psicossomática, ao adoecimento do corpo” (DEJOURS, 1980, apud SELIGMANN-SILVA, 2011 p.65).

A autora contribui através do resgate da definição psicanalítica de sublimação, proposta por Dejours, que considera que quando o trabalho assume sentido, passa a ter função sublimatória e favorece a saúde mental e por consequência a saúde geral. O trabalho

que permite a sublimação é também fonte de prazer e enriquece a identidade. Ocorreria o oposto no trabalho submetido a imposições que, restringindo a liberdade, bloqueiam a sublimação ao se tornarem inibidores da criatividade. No entanto, é preciso destacar que a existência de uma doença mental (depressão, síndrome do pânico, outras síndromes e transtornos) não são doenças mentais decorrentes do trabalho em si, mas sim que o trabalho pode contribuir apenas para favorecer o surgimento de descompensação, isto é o desencadeamento de um transtorno mental.

Desta forma, fica claro que o trabalho e o processo saúde-doença não se trata de algo estático, a-histórico ou isolado, mas sim algo dinâmico, em movimento, desta forma busco compreender as determinações sociais do trabalho que podem contribuir para os adoecimentos, acidentes de trabalho e intoxicações dos trabalhadores. Apenas dessa forma é possível compreender de maneira mais clara que a civilização da barbárie (THOMAZ JUNIOR, 2007) sob a égide do capital, avança e abrange todas as dimensões da vida do trabalhador, e que a organização classista, vida pessoal, subjetividade e a saúde não é uma exceção.

Lourenço (2013) nos diz que nas empresas, os acidentes de trabalho costumam ser investigados pelos técnicos especializados em saúde e segurança do trabalho apenas como fruto de um comportamento proposital. Em geral, os trabalhadores que sofrem algum acidente ou que adoecem são demitidos, porém são mantidas as condições de trabalho. Em outras palavras, “situar as doenças como originárias unicamente da subjetividade humana, ou até mesmo o acidente, como causado pela vontade própria (como se o indivíduo-mercadoria buscasse a sua automutilação) é uma análise

simplista que desconsidera as relações sociais de produção e como elas se dão. “Desconsidera o seu pressuposto básico: a exploração do trabalho e a captura da mais-valia” (LOURENÇO, 2013, p.190).

Nesse sentido, se deve atentar para a relação saúde-trabalho no campo, sobretudo a partir da dita “modernização” da agricultura (e seus desdobramentos na forma de acidentes de trabalho e envenenamentos/intoxicações), agora reatualizada e aprofundada com o potencial para a produção de etanol, combustível renovável demandado pelo mercado internacional, por meio da presença dos grupos e conglomerados transnacionais, marcada pelas fusões e formação de monopólios, repercute diretamente na estrutura produtiva do país, a partir do modelo monocultor/latifundiário e também nas relações sociais de trabalho, que se materializam no cotidiano dos trabalhadores a partir do desemprego, dos descumprimentos da legislação trabalhista (CLT), da Constituição, contratos de trabalho, do rebaixamento dos salários, do medo, das doenças e adoecimentos do trabalho, portanto, no saque da vida (LOURENÇO, 2013). A autora enfatiza que isso indica que há indiferença e desrespeito para com a vida neste modelo de desenvolvimento escolhido pelas elites econômica e política no campo. Não se trata somente da periculosidade do trabalho, mas das relações de trabalho que, sob o processo de acumulação, submetem os trabalhadores às mais variadas restrições de liberdade e autonomia, determinantes no processo do saque da vida/saúde, reconhecido de modo autônomo e independente das condições e relações sociais de trabalho.

Ao se preocupar com essa questão, Pignati (2013) propõe uma análise que vai na contramão do modelo isolacionista, estático,

a-histórico da medicina do trabalho e de outros profissionais da saúde que optam por uma análise positivista da relação saúde-trabalho. Seria esta nova perspectiva balizada em um modelo da determinação social que coloca o trabalho como categoria central e constrói explicações estruturais de fundamental importância para a compreensão do processo saúde-trabalho-doença, em sua dimensão coletiva, social, histórica e geográfica. Isto porque o território das realizações dessas relações é o referencial para o entendimento dos processos de dominação e controle do trabalho pelo capital.

Esta abordagem embasa os estudos em geografia do trabalho e da saúde, em consonância com a corrente denominada saúde do trabalhador, para a qual, nas sociedades capitalistas, a subjugação do trabalho ao processo de valorização do capital seria a chave para a compreensão da saúde e da doença dos grupos humanos, divididos em classes sociais (PIGNATI, 2013). O mesmo autor conclui sua reflexão ao nos dizer que as ações de vigilância em saúde do trabalhador devem buscar as origens dos riscos, e não apenas os fatores de riscos dos agravos à saúde e dos danos ambientais.

Em síntese, entende-se que se deve buscar as causas socioeconômicas do que produziu os riscos dos processos produtivos ou dos serviços. E dessa forma defende-se a tese, juntamente com autores como Seligmann-Silva (2011), Lourenço (2013), Pignati (2013) e Maniglia (2012) de que a mais-valia, o lucro e a usura do sistema capitalista que transformaram o trabalho, a natureza, a vida e a qualidade de vida em mercadorias, criando situações onde a vida humana é afetada em sua essência através de acidentes de trabalho (típicos ou mesmo de trajeto), surgimento de doenças ocupacionais e casos de intoxicação pela exposição ou contato mínimo com o pacote

de quimificação no campo. É a civilização da barbárie do trabalho abstrato, estranhado e alienado que objetifica e coisifica a vida humana.

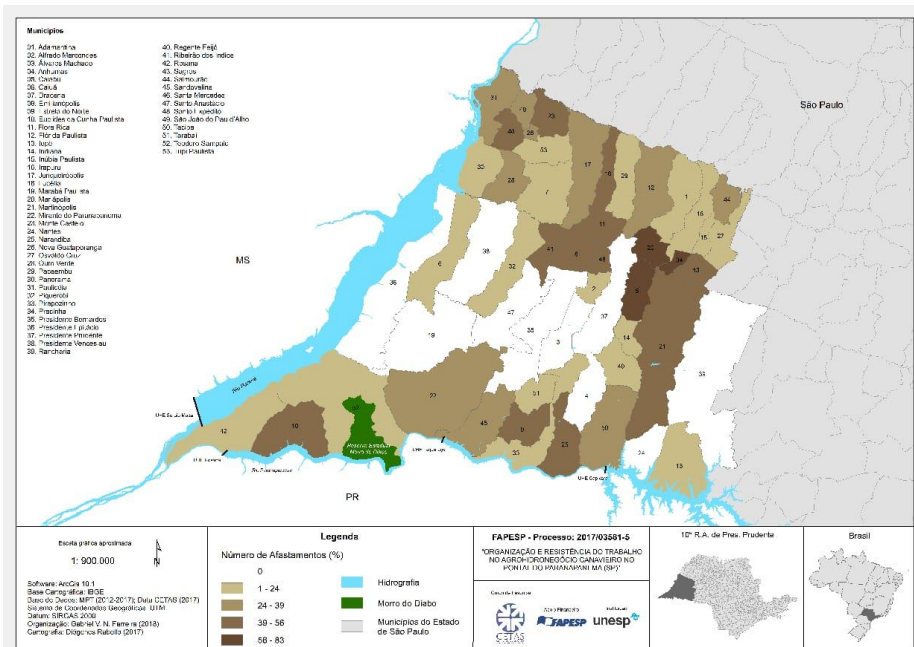
Portanto, afirma-se que entender a realidade territorial do Pontal do Paranapanema e de maneira mais abrangente, da 10^a região administrativa de Presidente Prudente, requer o entendimento de que há processos e dinâmicas globais agindo neste território, e sendo alteradas e modificadas de acordo com as especificidades deste mesmo território. Assim, é preciso salientar que nesta trama complexa mais do nunca a organização legal dos trabalhadores, pensada em nosso trabalho na figura dos sindicatos dos trabalhadores rurais e sindicato dos empregados rurais, está em xeque, e com o comprometimento da atenção e imobilismo dos sindicatos, a saúde dos trabalhadores, sobretudo os rurais, se agrava. Não apenas os trabalhadores com vínculo direto ou indireto com o setor sucroalcooleiro, pois ao que tudo indica a saúde das populações locais está no alvo das agroindústrias canavieiras, principalmente através do pacote de agrotóxicos amplamente utilizados.

O processo saúde-trabalho-doença: a relação entre adoecimentos, acidente de trabalho, intoxicações por agrotóxicos e a crise estrutural do capital.

A partir da compreensão do processo saúde-doença, e mais especificamente, com a clareza de que a saúde deve ser vista em sua íntima relação com o trabalho, em uma perspectiva social dos agravos, permite o entendimento de uma complexa realidade que se desenha no Pontal do Paranapanema de adoecimentos, acidentes de

trabalho e intoxicações, que os dados oficiais demonstram, ainda que de maneira subnotificada considerando as dificuldades e limitações com relação à recursos humanos, recursos financeiros e cortes no orçamento público dos últimos anos nos órgãos que acompanham e disponibilizam os dados; mas que os depoimentos dos trabalhadores indicam que se trata apenas da ponta do iceberg. Consideramos importante mostrar como se especializa na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, a questão dos afastamentos por motivos de saúde considerando as dez principais atividades econômicas de cada município. Esta pretensão, que se constata no mapa 4, permite em um primeiro momento que se possa evidenciar quais são as tendências na região com relação aos afastamentos por motivos de doença, assim como estabelecer qual seria onexo causal entre o trabalho e o afastamento por motivo de saúde, e de que forma se desenha no setor agroindustrial canavieiro da região o problema dos afastamentos.

Mapa 4 - Número de Afastamentos na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018)

O primeiro dado, expresso no mapa 4, que apresentamos para demonstrar a situação complicada da saúde dos trabalhadores no Pontal do Paranapanema e na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente é fornecido pelo Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, que disponibiliza uma série de dados acerca da realidade do mundo do trabalho nas mais variadas atividades econômicas; está associado com a quantidade de afastamentos ocorridos nas dez principais atividades econômicas presentes na região, dentre elas o setor sucroalcooleiro é a atividade econômica que se destaca em uma quantidade significativa de municípios na região como uma das atividades econômicas onde se afasta mais trabalhadores por motivos de saúde-trabalho.

No mapa 3 se percebe que na medida que as tonalidades se aproximam do marrom, se concentra neste município mais casos de afastamentos decorrentes das dez principais atividades econômicas da região. Na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente as atividades econômicas relacionadas com o agrohidronegócio canavieiro estão produzindo um número preocupante de trabalhadores afastados por motivo de saúde. São pessoas que adoeceram ou desenvolveram algum problema de saúde enquanto atuavam no setor sucroalcooleiro. Isto pode ou não estar diretamente associado com o trabalho nas agroindústrias, mas no geral nos permite dizer que há um problema, ao que tudo indica estrutural relacionado com o modelo econômico e de produção dominante na sociedade, que vem adoecendo os trabalhadores ligados a essa atividade econômica.

A partir da pesquisa empírica realizada, tivemos acesso à informações que indicam que o problema dos adoecimentos é uma realidade na região, e que por trás dos afastamentos há pessoas que tiveram sua saúde mental e física afetada, tiveram sua própria subjetividade impactada, ou seja, suas próprias essências e experiência de vida foram prejudicadas pelo avanço do capital agroindustrial canavieiro na região. A sra. Madalena é um exemplo claro disso.

Entrevistador: Então esse problema que a senhora tem...depressão, artrose, decorre do trabalho?

Trabalhadora: É, lá...eu sofri muito bullying, a turma meu me apelidava de joelho, que eu ficava mancando (choro) é muita gente, manda demais... a dor é terrível, tem que aguentar pra poder conseguir trabalhar.

Entrevistador: Você acredita que o trabalho na cana de açúcar pode trazer problemas de saúde?

Trabalhadora: Traz...traz...nossa, traz muito problema de saúde sim, era friagem, geada, era tudo, e a gente trabalhando.

Entrevistador: Em todas as situações tinha que trabalhar?

Trabalhadora: é nós, só não trabalhou um dia que o ministério deu em cima e parou, embaixo de chuva, mas a gente cansou de trabalhar lá no começo, porque não tinha máquinas...debaixo de chuva, de relâmpago, trovejando, nós estávamos cortando cana, eles nunca obrigaram, mas estávamos trabalhando, mas se não trabalhar, não ganhava né...aí depois que veio tudo as máquinas e o ministério deu em cima, aí quando começava a trovejar, eles mandavam parar...mas assim...foi muito sofrimento, mas eu gostava do serviço (choro), ali era meu pão...eu comprava meu remédio, agora se eu quiser comprar meu remédio, pra eu conseguir, eu tenho que ir na rede pública, tem um que eu tomava...que eu não consigo na rede pública...tenho que comprar, pro joelho...era um monte de remédio, vários remédios juntos, hoje eu não estou tomando...porque é caro. Um eu consigo pegar, esse verde aí eu comprei, mas eu consigo pegar.

Entrevistador: Quanto é o valor dele?

Trabalhadora: Esse aqui é baratinho, é quinze reais, a cartelinha... mas sabe esse pequeno aí, eu comprei quatro anos, Sertralina... eu pagava 50 reais em vinte comprimidos, eu comprei durante quatro anos, aí depois eu consegui ele pela rede pública.

Entrevistador: Mas se a senhora fosse pagava não teria condições...

Trabalhadora: Teria não...desempregada. né...

Entrevistador: O trabalho que a senhora fez durante esse tempo, aconteceram outros incidentes?

Trabalhadora: Aconteceu...porque cortei bastante, cortei esse dedo, ele é mole...a juntinha dele.

Entrevistador: O que que foi?

Trabalhadora: Foi o facão.

Entrevistador: Ah foi o facão.

Trabalhadora: É...eu cortei o pé...cortei a mão, cortava todo mês, não tem um dedo desse

aqui(mostra as mãos) que não foi cortado...cada mês eu cortava um dedo...

Entrevistador: Sim...então tem um dedo da senhora que ficou aleijado, não tem movimento. Qual o dedo?

Trabalhadora: Esse aqui óh..o terceiro, o do meio...ele é mole...

Entrevistador: E na sua opinião, o que leva a ocorrer esses acidentes, cortando cana, no trabalho?

Trabalhadora: É que a gente quer cortar bastante, pra ganhar um pouco mais né...não se cuida direito... se a gente se cuidasse um pouco direito, não haveria acidente...mas a gente quer cortar rápido para ganhar mais, porque quanto mais você corta mais você ganha...você ganha por metragem, e você não repara nada...você mete a cara, o facão...pra gente se cortar é acidente mesmo...porque eu jamais vou pegar um facão e vou me cortar...

Entrevistador: Sim...

Trabalhadora: Eu jamais vou escorregar e vou cair, eu escorregava muito, eu caía, ao invés de eu cair lá em cima da curva, eu caía em baixo, porque eu não tinha mais forças nas pernas...não tinha mais forças nas pernas, não tenho até hoje, não consigo andar por muito tempo.

Entrevistador: A senhora presenciou outros tipos de acidentes?

Trabalhadora: Presenciei, era gente com dor no braço, problemas de coluna, eu não me metia na vida de ninguém não sabe...mas tinha gente que reclamava, eu procurava trabalhar no meu serviço...

(Dona Madalena. 55 anos. Trabalhadora adoecida)

A Sra. Madalena é um exemplo bem didático do que seria a civilização da barbárie (THOMAZ JUNIOR, 2007), onde uma agroindústria como a Alto Alegre, contrata um trabalhador, usa este até o limite da força e depois de algum tempo o descarta, como um brinquedo quebrado. A trabalhadora em questão desenvolveu vários problemas de saúde enquanto estava na agroindústria, sejam

problemas físicos como os cortes, artrose e mutilações, ou mesmo problemas, doenças e transtornos de ordem mental e psicológica, como depressão e stress. Na figura 01 se visualiza a gravidade e seriedade dos problemas relacionados à adoecimentos que acometem os trabalhadores entrevistados nos distritos de Presidente Prudente, gravidade esta expressa em medicamento fortes, alguns tarja preta (logo ainda fortes), utilizados pelos trabalhadores.

Figura 1 - Medicamentos utilizados pelos trabalhadores adoecidos nos distritos de Presidente Prudente.



Fonte: Trabalho de Campo (2017).

Dessa forma poderia se pensar que a mecanização na colheita seria uma alternativa interessante para resolver o problema dos adoecimentos, dos transtornos psíquicos, dos acidentes de trabalho e incomodações ocupacionais (FERREIRA, 2017), que seriam basicamente dores e incômodos constantes e frequentes que os trabalhadores nos relatam, no corte da cana. Queremos dizer que

melhorar as condições de trabalho, salário e vida dos trabalhadores além da questão ambiental, foi só a retórica utilizada para viabilizar e convencer a opinião pública de que a mecanização no plantio e no corte, e todos os elementos da transição tecnológica, sejam estes organizacionais ou produtivos, é viável e que melhoraria a vida dos trabalhadores. Outro ponto importante é o de que com a incorporação dos maquinários, as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, não necessariamente deixaram de existir ou diminuíram. O problema não é resolvido com a mecanização e com todo pacote da transição tecnológica-química, ele é apenas escamoteado. A estrutura e as condições de trabalho precárias continuarão a produzir novas (e outras nem tanto assim!) situações de acidentes de trabalho, adoecimentos, envenenamentos e intoxicação por agrotóxicos, bem como incomodações ocupacionais.

Entrevistador: Você acredita que o trabalho na cana de açúcar ao longo dos anos pode trazer algum problema de saúde, dependendo do setor?

Entrevistado: Dependendo do setor eu acho que sim

Entrevistador: Qual setor você acha que são os mais arriscados?

Entrevistado: É de ... setor de parte de parte quente e caldeira

Entrevistador: Na indústria né?

Entrevistado: Na indústria

Entrevistador: E com relação aos venenos, para quem trabalha com herbicida

Entrevistado: Eu já trabalhei com o trator passando veneno também

Entrevistador: Você acha perigoso isso?

Entrevistado: Sim, muito já vi companheiro mesmo com EPI e tudo intoxicaram

Entrevistador: Intoxicaram mesmo com o EPI, porque é muito forte né

Entrevistador: Muito forte

Entrevistador: Você sabe que tipo de veneno?

Entrevistado: Furadan, Regente ... é Furadan e o Regente é o que mais usavam

Entrevistador: Então você também já chegou a trabalhar nesse setor?

Entrevistado: Já

Entrevistador: Então além daqueles outros, você trabalhou na indústria trabalhou ...

Entrevistado: Trabalhei na parte agrícola cobrindo a cana, aí a gente cobre a cana e o veneno já vai passando e cobre a cana

Entrevistador: A!!! Você passava o trator jogando veneno?

Entrevistado: Isso

Entrevistador: A entendi. tinha alguém por perto ali? Por que se não a pessoa realmente iria intoxicar na hora

Entrevistado: Já aconteceu com dois colegas meus

Entrevistador: Neste trabalho, fora essa questão de lidar veneno, tem acidentes de trabalho? Por exemplo, que nem a questão que você falou da caldeira, você já viu acontecendo?

Entrevistado: Já, um ele era supervisor lá, a gente tava fazendo uma peça uma vez para prensa o bagaço aí ele pegou e ponho o dedo assim e acionou o negócio lá, e cortou os dois dedos dele

Entrevistador: Nossa ((espanto)). E o que aconteceu? Aposentaram por invalidez?

Entrevistado: Ele era supervisor lá, eu num sei se ele está lá ainda hoje, num sei

Entrevistador: Não sabe

Entrevistado: Depois que eu sai de lá eu só tava trabalhando pra fora

Entrevistador: Os acidentes mais comuns, então, são esses?

Entrevistado: Mais ou menos, por aí

Entrevistador: Quais os acidentes mais comuns?

Entrevistado: É mais acidente dentro da indústria do que no agrícola, também já aconteceu na agrícola tipo assim quando era época que tinha muito [não entendi] pra catar a cana que sobrava né já aconteceu de um trator passar em cima de uma pessoa

Entrevistador: Na sua opinião que mais leva a ocorrência desses acidentes? O que mais leva, o que mais provoca? Esse tipo de coisa?

Entrevistado: A sei lá

Entrevistador: Eles poderiam ser evitados?

Entrevistado: Eu acho que sim

Entrevistador: De que forma?

Entrevistado: Da parte do supervisor né, porque o supervisor está ali para olhar a gente né, todo mundo presta atenção ninguém quer se machucar né, que a gente está querendo trabalhar (Rodrigo, 32. Ex-tratorista na Alto Alegre. Caiabu)

Rodrigo (32) exerceu funções na agroindústria Alto Alegre até meados de 2012. Considera, assim como Madalena (55), que a saúde pode ser afetada pelo tempo de trabalho no agrohidronegócio canavieiro, tudo dependeria do setor que se exerce funções laborais. O trabalhador entrevistado destaca como os setores com mais riscos a indústria, principalmente na caldeira, e o setor de herbicidas. Com o depoimento do Rodrigo fica claro que o problema está na organização do trabalho e na lógica de fazer o trabalhador se adaptar à organização da agroindústria, ao invés de fazer as agroindústrias, as condições de trabalho e os ambientes laborais, em geral os sistemas de trabalho, se adaptarem aos trabalhadores. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) seriam desnecessários, em um sistema de trabalho onde as condições laborais, ambiente, maquinários e organização do trabalho fossem adaptados aos trabalhadores. Percebe-se também que a utilização de EPIs não necessariamente impedem a ocorrência de intoxicação por agrotóxicos e venenos, e por consequência a possibilidade de adoecimento, como o Rodrigo nos relatou ao descrever que muitos colegas teriam se intoxicado mesmo utilizando os equipamentos de proteção individual.

[...]a Ergonomia está relacionada com as condições do ambiente de trabalho. Como está organizada o ambiente de trabalho para o trabalhador, ou seja,

ele deve estar adaptado ao trabalhador e não o trabalhador adaptado ao trabalho né porque a gente sabe que não somos máquinas, e que temos algumas limitações e também o ser humano é muito complexo né a gente precisa adaptar o trabalho ao trabalhador[...] (Juliane, fisioterapeuta do CEREST. Presidente Prudente)

Com relação ao que nos foi revelado pelo Rodrigo e Madalena, a fisioterapeuta Juliane, entrevistada por atuar diretamente com saúde do trabalhador através do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e estar em frequente contato com os profissionais da saúde das unidades básicas de saúde, através das formações periódicas, nos indica ao tratar da questão da ergonomia, que está associada às condições de trabalho, organização do trabalho e como os se dá a interação entre os sistemas de trabalho e os trabalhadores; que o problema da lógica predominante nas mais diversas atividades econômicas, é o de fazer o trabalhador se adaptar sistema de trabalho das agroindústrias canavieiras, ao invés das agroindústrias de adaptarem as particularidades e necessidades dos trabalhadores. Isto porque, seres humanos não são máquinas e logo não devem ser tratados como tais. E este é o problema do modelo societal do capital que subjuga o trabalho à lógicas e dinâmicas estranhadas e alienadas, que como desdobramento contribuem para o surgimento de patologias, problemas mentais, distúrbios e adoecimentos físicos.

Nesta perspectiva, o sr. André de Sandovalina, 60 anos, que atualmente exerce funções com o maquinário como terceirizado, nos ilustra o que a Juliane diz, ao indicar que mesmo com a entrada dos maquinários no plantio e na colheita, os novos arranjos produtivos e organizativos vão se expressar em aumento das jornadas de trabalho

e novas formas de contratação, como a terceirização. Um trabalhador terceirizado é muito mais rentável para uma agroindústria, pois este não tem o vínculo direto, então se torna mais fácil de controlar. Assim os lucros são maximizados, e os custos são reduzidos.

Entrevistador: - Mas e as condições de trabalho são as mesmas?

Trabalhador: - Você trabalha mais, porque o terceiro trabalha mais. Ganha mais, mas também deixa o couro. Quando a gente foi lá em Porecatu, a gente saía daqui 04:30h da manhã.

Entrevistador: - E voltava que horas?

Trabalhador: - Voltava às 19:30h da noite. Mas era porque é longe né.

Entrevistador: - Mas aí vocês ganham esse horário em itinere? O terceiro paga?

Trabalhador: - Não a gente só ganha, antes nós trabalhávamos na Agrovale assim, você trabalhava por hora. Se você fizesse por hora, você ganha uns R\$8,00 ou R\$9,00 reais por hora, mais o salário da carteira né. Aí hoje não, hoje eles deixaram o salário da carteira, mas tiraram as horas e agora você ganha pela produção de hectare que você faz. Quanto mais você trabalha, mas você ganha.

Entrevistador: - Mas aí dificultou né, porque se você trabalhasse por hora ganhando por hora, acho que era melhor né? Ou não, o senhor acha melhor assim?

Trabalhador: - Para nós é a mesma coisa. A gente trabalha um pouquinho mais para dar aquele rendimento, aquela coisa. Mas sobre o salário no fim do mês é a mesma coisa. Só o serviço que aumentou mais, produção de...Que a gente trabalha assim, o próprio operador sendo fiscal daquele próximo que está perto de você, por que? Porque se aquele lá, quebrar aquela máquina eu vou pagar.

Entrevistador: - O senhor trabalha responsabilizado?

Trabalhador: - É responsabilizado pela aquela máquina lá, o cara trabalhando errado lá, você está vendo ele trabalhar errado e deixa ele trabalhar, ele pá, quebra a máquina. Fica em R\$15.000,00

reais o conserto, porque um parafuso que quebra aquilo lá é R\$5.000,00 reais, é muito cara aquelas máquinas. Aí eu e os demais é que tem que juntar e pagar.

(Senhor André. 60 anos. Trabalha com o maquinário no plantio, na preparação do solo)

No trecho acima se percebe que o sr. André trabalha sob constante pressão psicológica, porque quebrar alguma peça da máquina que custa milhares de reais, implica em rebatimentos e descontos no salário do próprio trabalhador. Esse tipo de pressão psicológica, aumento da jornada de trabalho e intensificação do ritmo do trabalho, para além do fato do trabalhador ser terceirizado, logo ter um vínculo empregatício precário com uma empresa terceirizada chamada Agrovale; constantemente impacta a subjetividade do trabalhador, o que pode vir a causar variados níveis de sofrimento social (SILVA, 2011), e por consequência diferentes tipos de patologias e problemas psicológicos e mentais.

Entrevistador: Para finalizar, em poucas palavras qual você considera o que você acha que é a importância de falar de saúde do trabalhador?

Entrevistada: É essencial né porque ... a gente pensa na questão da saúde mental, é com os não existissem os adoecimentos, os transtornos mentais relacionados ao trabalho, é algo mais abstrato mais completo não existe um exame, então é muito importante né, a gente sabe que existe muito, questão do assédio rural, e esse assédio rural não tem que ser de forma hierárquica né, pode ser até do próprio colega de trabalho, então tem várias coisas que estão envolvidas aí né. E as pessoas estão adoecendo cada vez mais no ambiente de trabalho e isso precisa aparecer de alguma forma né, então se você não tem dados você não tem como modificar, não é que vão ser criadas legislações serviços que dão aí um apoio ao trabalhador. Que as pessoas sempre adoeceram e decorrência do trabalho a gente sabe que sim, mas

agora estão começando a aparecer de pouquinho.
(Meire. Fonoaudióloga do CEREST. Presidente Prudente)

A fonoaudióloga Meire, vinculada ao CEREST, nos diz exatamente sobre os problemas de adoecimento mental relacionados ao trabalho que são mais difíceis de detectar, mas nem por isso menos graves e preocupantes. Destaca o assédio e pressões vindas dos representantes do patronato que podem vir, no médio e longo prazo, contribuir para que os trabalhadores desenvolvam problemas psicológicos e mentais. Isto sem contar que esta pressão imposta pela Alto Alegre para além dos outros elementos indicados, pode contribuir para que acidentes de trabalho ocorram, acidentes estes que de acidente nada tem, pois podem ser evitados e prevenidos, como nos diz a Meire, fonoaudióloga vinculada ao CEREST e a Juliane, fisioterapeuta do CEREST.

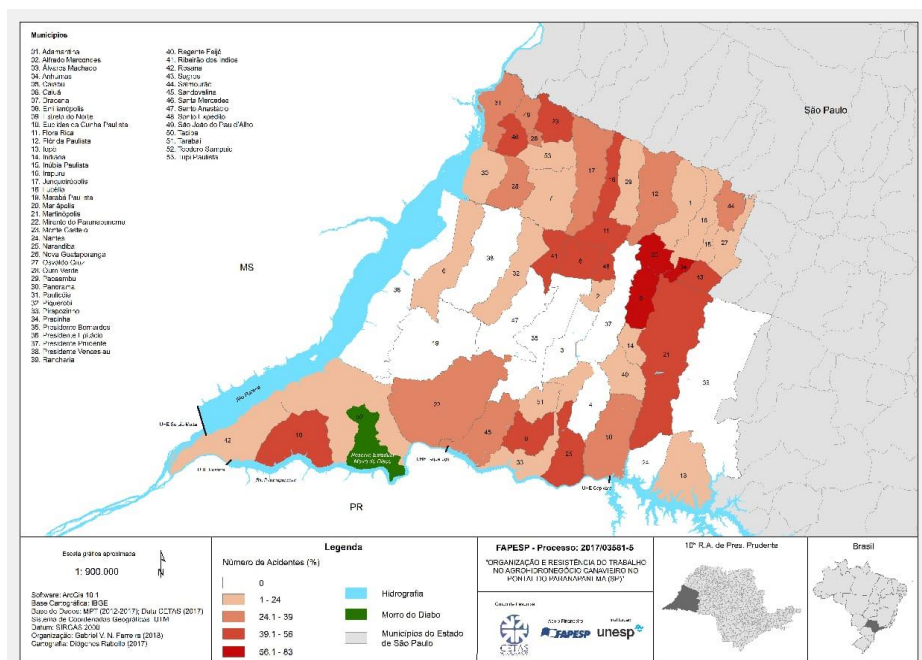
Entrevistador: Você acha que esse aumento do ritmo de trabalho essa falta dos empregadores e também da sociedade em geral com o bem-estar, com a saúde com os momentos de lazer do trabalhador, você acha que isso contribui para a ocorrência de acidentes de trabalho em algumas atividades laborais? E conceituar o acidente de trabalho, como acidente mesmo ou como alguns chamam de risco presumido?

Entrevistada: Eu acho que o risco presumido, o acidente de trabalho tem tudo para ser evitado para ser prevenido, ele tem tudo! todo trabalho tem risco, mas há como prevenir, isso é a gente vê em todas as palestras com os especialistas em saúde do trabalho eles deixam isso muito claro, que há uma grande chance da gente prevenir o risco, tem como ele ser preventivo. (Juliane. Fisioterapeuta do CEREST. Presidente Prudente)

Desta forma, ao se falar de acidente de trabalho, devemos ter a clareza que acidentes de trabalho não são acidentes, mas sim

riscos presumidos, por conta de sistemas de trabalho das agroindústrias que ao invés de se adaptar ao trabalhador, procura fazer o trabalhador se adaptar ao sistema de trabalho e organizacional da agroindústria canavieira. Isto tem desdobramentos terríveis para os trabalhadores em geral. O mapa 5 evidencia esses desdobramentos da inversão existente entre sistemas de trabalho e os trabalhadores, quando este último deve se adaptar ao primeiro, ao invés do primeiro se adaptar ao último.

Mapa 5 - Número de acidentes de trabalho na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente (2012 -2017)



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018)

No mapa 5 que indica o número de acidentes de trabalho ocorridos entre 2012 e 2017 na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, percebe-se que o acidente de trabalho, entre outras palavras, os riscos presumidos são ainda uma realidade, ao

contrário do que os sindicalistas de Presidente Prudente, Junqueirópolis e Regente Feijó dizem sobre o assunto.

Entre os quatro sindicalistas entrevistados foi comum a máxima de que não há mais acidentes de trabalho, no máximo alguns casos isolados, ou mesmo que com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) supostamente não haveria chance de se acidentar e se intoxicar, este último quando se trabalhasse no setor de herbicidas.

Entrevistador 2: Tem ciência de acidente de trabalho envolvendo trabalhador no município pelo menos na última década? Nos últimos 10 anos de 2007 pra cá

Entrevistado: Não

Entrevistador 2: Teve algum acidente de trabalho? Quando há tipo assim

Entrevistado: Coletivo não, mas já aconteceram algumas coisas individuais que eu não sei especificar pra vocês, mas já aconteceram

Entrevistador 1: tem algum que você lembra que te chamou atenção no caso, acidente de trabalho

Entrevistado: O que aconteceu foi há mais de 10 anos né (Presidente do sindicato de Junqueirópolis)

Para os sindicalistas entrevistados, principalmente o presidente do sindicato de Junqueirópolis, com relação à acidentes de trabalho o que existem são apenas casos isolados. Anteriormente havia dito que não havia casos de acidentes de trabalho. No entanto, o mapa 04 permite que se possa dizer com certeza que há um problema, sendo este estrutural, por trás da questão dos acidentes de trabalho, adoecimentos e intoxicações. Queremos dizer que há condicionantes estruturais que vem contribuindo para que este tipo de situação ocorra nas agroindústrias do Pontal do Paranapanema e 10ª região administrativa de Presidente Prudente.

O Mapa 5, assim como o Mapa 4, comprovam que na medida que avança a transição tecnológica e organizacional, expoente da reestruturação produtiva, no Pontal do Paranapanema e na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente se aprofunda os problemas relacionados à crise do sindicalismo, e ao se aprofundar os problemas da representação sindical assim como de toda e qualquer outra forma de organização coletiva que vise se opor ao processo em curso na região, pouco ou nada resta de barreiras para impedir o avanço do capital agroindustrial canavieiro sobre as condições de trabalho, ambientes de trabalho, jornadas de trabalho, intensificação do ritmo de trabalho, flexibilização dos tipos de contrato como a terceirização, e intensificação do estranhamento e alienação sobre aquilo que se produz. No mapa 5, na medida que as tonalidades vão se aproximando do vermelho, se evidencia que há mais casos de acidentes de trabalho nestes municípios.

É preciso dizer que a piora das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores, é um desdobramento da transição tecnológica e organizacional em avanço no Pontal, e é agravada pela desatenção, imobilismo, engessamento, discurso neocorporativista, e excesso de negociações propositivas dos sindicatos, entendidos na figura dos STR's e SER em nossa região. A transição tecnológica tem impactado os sindicatos através da crise em duas dimensões, representativa e político-ideológica, e teve desdobramentos negativos nas condições de trabalho, o que contribui para a deterioração da qualidade de vida e saúde dos trabalhadores; e neste sentido a crise dos sindicatos modernos levou à um agravamento da condição e situação dos trabalhadores, que desacreditados em qualquer forma de

organização coletiva acabam por serem presas mais fáceis do avanço do capital agroindustrial canavieiro.

Considerações finais

Não se pretende com este trabalho esgotar a temática que nos propusemos a estudar e pesquisar, mas apresentar alguns apontamentos que consideramos importantes para a realização de futuros trabalhos.

Em primeiro lugar, saúde e trabalho são duas categorias que não podem ser dissociadas, da mesma forma que não podem ser descontextualizadas e muito menos reduzidas à algo estático e a-histórico. Ambos são indissociáveis e precisam ser levadas em consideração a partir do modelo de sociedade e produção que somos submetidos diariamente. A saúde e mais especificamente o processo de adoecimento, quando fazemos essa leitura dinâmica da realidade, está diretamente relacionada com as condições de trabalho e os sistemas de trabalho à que são submetidos os trabalhadores das mais variadas categorias, e em nosso caso o setor sucroalcooleiro.

Isto quer dizer que devido ao modelo de sociedade e produção hegemônico, o capitalismo, entendido por nós como sistema e conjunto de relações sociais e de produção que que provocam estranhamento, alienação e se baseia na exploração do homem pelo homem, se percebe que constantemente, como algo estrutural do próprio modelo econômico, a saúde é uma das principais afetadas pelas alterações no universo do trabalho via superexploração do trabalho, aumento da jornada de trabalho, intensificação do ritmo de trabalho, manuseio de agrotóxicos e ambiente laboral pouco apropriado para a segurança e integridade do trabalhador. Trata-se

que a saúde do trabalhador, não apenas a física como também a mental, é direta e indiretamente impactada em ambiente de reestruturação produtiva. Se entendermos a reestruturação produtiva como resposta das elites diante da crise estrutural do capital, alterando o padrão de produção e organizativo, chegamos à conclusão de que os ataques do capital contra a saúde do trabalhador se trata de algo estrutural do capitalismo, ainda mais nos países pobres, chamados de subdesenvolvidos, que são a periferia do sistema e espoliados desde tempos remotos.

Seguindo nessa linha de raciocínio, a questão da saúde do trabalhador encontra pouca ou quase nenhuma resistência dos sindicatos e entidades organizativas dos trabalhadores, porque estas também estão em crise, proveniente de processos complexos de fragmentação e enfraquecimento do poder de unidade da classe trabalhadora frente aos ditamos do capital hegemônico. Isto nos mostra que a incapacidade e imobilismo dos sindicatos frente à ofensiva do capital tem como desdobramento a quase que completa falta de proteção do trabalhador, que quando desorganizado politicamente nada pode fazer diante dos imperativos do capital.

Assim, podemos dizer que entender o processo saúde-doença é estabelecer o nexos entre saúde, trabalho e doença, e entender que as situações de adoecimento, acidentes de trabalho, intoxicações por agrotóxicos e afastamentos são parte estrutural da crise do capitalismo, que ao contrário do que alguns dizem, é um modelo de sociedade e de produção que está constantemente em crise, uma crise estrutural.

Referências

BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho.** 2012. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

DEJOURS C. **Loucura do trabalho.** São Paulo: Oboré; 1987.

DEJOURS, C., ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. (1994). **Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho** (M. I. S. Betiol, et al., Trad.). São Paulo: Editora Atlas.

FERREIRA, G.V.N. **Organização e resistência do trabalho no agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP).** (Monografia em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e Desgaste Mental: o direito de ser dono de si mesmo.** São Paulo: Cortez, 2011.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Alienação e Agravos à saúde dos Trabalhadores no Setor Sucroenergético.** In: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. (Orgs.). **O Averso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e Questões Contemporâneas.** Outras Expressões- SP, 2013.

MANIGLIA, Elisabete. **Sustentabilidade e saúde do Trabalhador.** In: **Saúde do Trabalhador: desafios para a seguridade social e o movimento sindical.** In: LOURENÇO, E.A.S et. al (Orgs). **Cultura Acadêmica,** 2012.

PIGNATI, Wanderley. **O processo Saúde-Trabalho-Doença, os Sindicatos e os Desafios Para Vigilância em Saúde do Trabalhador.** In: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. (Orgs.). **O Averso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e Questões Contemporâneas.** Outras Expressões- SP, 2013.

THOMAZ JUNIOR, A. Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis! (A civilização da barbárie na agroindústria canavieira). **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 8, p. 5-25, 2007.

Submetido em: 18 de abril de 2022.

Devolvido para revisão em: 02 de junho de 2022.

Aprovado em: 29 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

NASCIMENTO FERREIRA, G. V.; RABELLO, D. Processo saúde-trabalho-doença e reestruturação produtiva no agrohidronegócio canavieiro da 10ª região administrativa de Presidente Prudente, São Paulo. *Terra Livre*, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 788–827, [2021]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2270>.